

Leonardo Octavio Belinelli de Brito (Doutorando em Ciência Política – USP)

**A questão da dependência na obra de Octavio Ianni (1968-1974)**

Trabalho preparado para  
apresentação no IX Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política  
da USP  
(6 a 10 de maio de 2019)

## A questão da dependência na obra de Octavio Ianni (1968-1974)

### Resumo:

Este trabalho procede uma investigação a respeito da noção de “dependência” na obra de Octavio Ianni. Por meio do estudo de quatro de suas obras – a saber, *O colapso do populismo no Brasil* (1968), *Estado e planejamento econômico no Brasil* (1971), *Sociologia da sociologia latino-americana* (1971), *Imperialismo na América Latina* (1974) -, buscar-se-á delinear a especificidade deste conceito na obra do sociólogo uspiano, o que é sugerido pela sua elaboração a respeito do que denominava “dependência estrutural”. Três aspectos relacionados entre si serão tomados como eixos analíticos: a) o vínculo entre os conceitos de “dependência estrutural” e “imperialismo”; b) a ideia de que a dependência estrutural se manifesta em diversos planos da sociabilidade dos países periféricos; c) o argumento de que apenas pelo reconhecimento desse fato estrutural da situação periférica é que se poderia elaborar uma autêntica sociologia crítica latino-americana.

### Introdução

Octavio Ianni costuma ser lembrado como um dos componentes da Escola Sociológica Paulista (ARRUDA, 1995; BASTOS, 2002), designação pela qual ficaram conhecidos aqueles sociólogos que fizeram suas carreiras em torno da figura de Florestan Fernandes, líder da então Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo (FFLC-USP). Uma análise detida dessa afirmação a corrobora. Com efeito, ao lado de Fernando Henrique Cardoso e Maria Sylvia de Carvalho Franco, Ianni se notabilizou pelas pesquisas sobre a formação social e econômica brasileira em estreito vínculo com as orientações vigentes entre os membros do grupo de Fernandes. Sinais inequívocos disso são os resultados das pesquisas que, em parceria com Fernando Henrique Cardoso e Renato Jardim Moreira, promoveram entre 1955 e 1960 no sul do Brasil sobre a questão racial, cujos resultados são *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960), escrito em coautoria com Cardoso, e *Metamorfozes do escravo*, sua tese de doutorado defendida em 1961 e publicada em formato de livro no ano seguinte.

No caso desta última obra, salta aos olhos a influência do marxismo em sua composição – elemento ausente em *Cor e mobilidade em Florianópolis* -, o que se explica pela participação de Ianni no Seminário Marx, grupo de estudos que reuniu, entre 1958 e 1964, jovens professores e alunos da FFLC-USP com o objetivo de ler *O capital* de Karl Marx, e outras que pudessem iluminá-la segundo um prisma então heterodoxo, segundo

os padrões acadêmicos que se configuravam a partir do processo de institucionalização da Sociologia como disciplina acadêmica (RODRIGUES, 2011). Liderado pelas orientações metodológicas de José Arthur Giannotti, o grupo, além de Ianni, contava com as participações de Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Fernando Novais, Roberto Schwarz, Bento Prado Júnior, Michael Löwy, Paul Singer, entre outros menos assíduos. Embora muitos de seus participantes destaquem a dimensão acadêmica desse empreendimento, não parece haver muitas dúvidas de que, ainda que em sentido amplo, a conjuntura política do período colaborava para essa radicalização epistemológica que se desdobraria, como veremos logo adiante, no plano político.

No plano nacional, o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) foi marcado pelo renhido embate entre forças políticas nacionalistas, entre as quais se destacavam o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e as forças liberais, representadas pela atuação política e midiática da União Democrática Nacional (UDN). As disputas travadas entre os grupos – entre as quais se destacam a campanha “O petróleo é nosso!”, que culminaria na fundação da Petrobrás em 1953, e a disputa em torno da Lei de Lucros Extraordinários, proposta no mesmo ano – resultou no suicídio de Vargas, em 1954. Um novo capítulo do conflito ocorreu por ocasião da posse de Juscelino Kubitschek (PSD), em 1955, momento em que se tentou um golpe de Estado, organizado pela UDN, pelo então presidente em exercício, Café Filho, e por parte das Forças Armadas. O golpe não foi adiante devido à organização das forças militares lideradas pelo ministro da Guerra, o general Henrique Teixeira Lott, que garantiu a posse de Kubitschek em janeiro de 1956. O mesmo problema aconteceria por ocasião da renúncia do sucessor de Kubitschek, Jânio Quadros (UDN), em 25 de agosto de 1961, depois de ter ocupado a presidência do país por breves sete meses. Seu vice-presidente era João Goulart (PTB), que havia sido ministro do Trabalho do segundo governo Vargas e era alinhado aos sindicalistas. Como se sabe, o conflito entre os legalistas, favoráveis à posse de Goulart, e os contrários à posse foi resolvido pela instalação do parlamentarismo no país a partir de 30 de agosto de 1961, o que permitiu que Jango assumisse a presidência uma semana depois.

No plano internacional, a situação também era agitada. Além do conflito político e ideológico da Guerra Fria, responsável pela reorganização geopolítica mundial do período, é preciso observar a importância da vitória da Revolução Cubana (1959) sobre

o pensamento de esquerda na América Latina (PORTANTIERO, 1991). A partir dela, os militantes e pensadores de esquerda ganhavam argumentos para questionar a estratégia nacionalista dos partidos comunistas da região, que acreditavam na necessidade de uma revolução burguesa, conduzida pela aliança do operariado industrial e das burguesias nacionais latino-americanas contra as elites agrárias e as forças imperialistas, como condição prévia para uma revolução socialista. Outro fator decisivo para o questionamento da preponderância ideológica soviética sobre a esquerda latino-americana, sem dúvida, foi o discurso “Sobre o culto à personalidade e suas consequências” (1956), também conhecido como Relatório Khrushchov, de Nikita Khrushchov durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS).

Nesse cenário político crítico, e diante dessa inflexão de alguns dos principais assistentes da Cadeira de Sociologia I em direção ao marxismo e a preocupações contemporâneas, Florestan Fernandes liderou uma reorientação temática para os pesquisadores. O marco institucional dessa reorientação foi a criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), em novembro de 1961. O objetivo da instituição era investigar qual o estágio do desenvolvimento brasileiro e quais os principais obstáculos enfrentados nesse processo.<sup>1</sup> Como destaca Wagner Romão, “a constituição do CESIT representa o momento em que aquele grupo de sociólogos paulistas, recém-saídos de uma derrota política contundente – a da Campanha de Defesa da Escola Pública – armavam-se para o debate público dos principais dilemas nacionais.” (ROMÃO, 2006, p.94). Com efeito, as atuações engajadas de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni na Campanha de Defesa Escola Públicas teve como efeito a produção de visibilidade pública aos componentes da Cadeira de Sociologia I, como indicam suas participações em eventos assistidos por plateias variadas, compostas por sindicalistas, empresários afiliados a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e mesmo militares do Exército. Além disso, suas intervenções foram frequentemente reproduzidas em revistas e periódicos como *Anhembi*, *Boletim do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais*, *Revista Brasiliense*, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, *Sociologia*, *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e

---

<sup>1</sup> O CESIT foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). As relações pessoais de Fernando Henrique Cardoso, primeiro diretor do CESIT, foram essenciais para a obtenção do financiamento da CNI (Cf. SALLUM JUNIOR, 2002; RODRIGUES, 2011, p.160 e ss; CARDOSO, 2006, p.74).

outras.<sup>2</sup> É nesse contexto que nasce o que Brasília Sallum Junior chamou de “Sociologia Política” na Universidade de São Paulo (SALLUM JUNIOR, 2002, p.75). Como recorda Fernando Henrique Cardoso: “Com o populismo de Jânio [Quadros] e Jango, com o ISEB nacional-desenvolvimentista e com a presença das massas urbanas o Brasil mudara. E nós também.” (CARDOSO, 1988, p.30).

Os primeiros projetos do CESIT – *Economia e sociedade no Brasil* e *A empresa industrial em São Paulo* – partilhavam do diagnóstico do desenvolvimento brasileiro então defendido por Florestan Fernandes, segundo o qual as características culturais da sociedade brasileira se mostravam incompatíveis com as exigências do processo de modernização do país. No projeto *A empresa industrial em São Paulo* – escrito por Fernandes e Cardoso, com a colaboração de Ianni – encontramos a amplitude da pesquisa proposta pelo CESIT<sup>3</sup>. É a partir do material recolhido nessa pesquisa que Ianni escreve a tese *Estado e capitalismo: estrutura social e desenvolvimento econômico no Brasil* (1965), com a qual disputou a cátedra de Sociologia II com Ruy Coelho, para quem perdeu a disputa<sup>4</sup>. É nesse contexto que os sociólogos uspianos produzem os

---

<sup>2</sup> No âmbito da Campanha de Defesa da Escola Pública, vale destacar o texto “As exigências educacionais do processo de industrialização”, escrito por Cardoso e Ianni em 1959 (CARDOSO e IANNI, 1959). Nele, os autores tematizam o sistema educacional brasileiro, que não estaria adequado para o processo de desenvolvimento econômico do Brasil. Isto é, não colaboraria para suprir as carências do setor industrial brasileiro. Para explicar esse descompasso, os autores invocavam a tese da “demora cultural”, então defendida por Florestan Fernandes. Nesse sentido, os educadores deveriam levar tais desajustes em conta e dirigir o processo da maneira mais racional possível, o que implica em dizer que dever-se-ia tomar medidas que colaborassem para o processo de desenvolvimento econômico do país. Antecipa-se, assim, um dos temas do projeto *Economia e sociedade no Brasil*: a questão da qualificação da força de trabalho no Brasil. (cf. ROMÃO, 2006, p.159 – nota 22).

<sup>3</sup> O vasto grupo de pesquisadores deixaria claro as ambições do grupo. Além dos principais dirigentes da cadeira de Sociologia I, participaram do projeto, como pesquisadores contratados, Celso Beiseguel, Leôncio Martins Rodrigues, Gabriel Bolaffi, José Carlos Pereira e Lourdes Sola; como colaboradores, estavam inscritos José Francisco Fernandes Quirino dos Santos, Maria do Carmo Campello de Souza, Eduardo Kugelmas, Maria Márcia Smith, Cacilda Maria Ascitti, Lúcia Campello de Souza, Maria Irene Franco Queiroz Ferreira, José Rodrigues Barbosa e Daisy Maria del Nero.

<sup>4</sup> Os livros produzidos no âmbito ou com material do Cesit foram os seguintes: *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (Fernando Henrique Cardoso, 1964); *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil* (Octávio Ianni, 1965); quanto à chamada “segunda geração dos assistentes e mesmo a terceira”, tivemos: *Trabalho e desenvolvimento no Brasil* (Luiz Pereira, 1965); *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil* (Leôncio Martins Rodrigues, 1966); *Industrialização e atitudes operárias* (Leôncio Martins Rodrigues, 1970); *Estrutura e expansão da indústria em São Paulo* (José Carlos Pereira, 1967); *Petróleo e Nacionalismo* (Gabriel Cohn, 1968); *A Formação da empresa e relação de trabalho no Brasil rural* (José Cesar Gnaccarini, 1966); *Empresário e empresa na biografia do conde Matarazzo* (José de Souza Martins, 1967). Outros que se beneficiaram dos trabalhos do Cesit foram Paul Singer (*Desenvolvimento e crise*, 1968) e Juarez Brandão Lopes, *Sociedade industrial no Brasil*, 1964.

diagnósticos críticos a respeito da realidade brasileira dos anos 1960. Entre eles, Octavio Ianni.

### **A primeira formulação sobre a dependência estrutural**

Em 1968, Octavio Ianni lançou *O colapso do populismo*, livro que “rapidamente tornou-se uma referência obrigatória entre todos os que se dedicavam a elaborar uma visão crítica sobre o período que a ditadura militar viera encerrar e sobre as alternativas que se abriam.” (REIS, 2001, p.349). Além disso, ainda segundo Daniel Aarão Reis, o livro de Ianni teve “papel chave na consolidação da hegemonia do conceito de *populismo* [...]” (idem, *ibidem* – grifo do original). Sem negar essa afirmação de Aarão Reis, cumpre observar que só é possível compreender as formulações contidas em *O colapso do populismo* se tivermos em mente a inserção acadêmica de seu autor.

Com efeito, a primeira formulação da categoria populismo nos trabalhos dos cientistas sociais uspianos apareceu na coletânea *Política e Revolução Social no Brasil* (1965), livro organizado pelo próprio Ianni do qual participaram Gabriel Cohn, Paul Singer e Francisco Weffort, que nele publicou o artigo “Política de Massas”, originalmente escrito em 1963 (IANNI, 1965, p.10; WEFFORT, 1978, p.12). É interessante observar que se tratavam de pesquisadores ligados ao projeto de pesquisa do CESIT que, embora se orientassem por uma perspectiva marxista, produziam suas elaborações teóricas em tensão produtiva com a sociologia da modernização. Esse é o caso, precisamente, da categoria “populismo”. (ARAÚJO, 2012, p.45)

A elaboração de Weffort logo teve ressonâncias. Ainda como manuscrito, tornou-se uma referência para a elaboração da livre-docência de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, originalmente defendida em 1963, como foi recepcionada em *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1968) e, claro, em *O colapso do populismo*. No mesmo ano de lançamento desse livro, Weffort defendeu sua tese de doutorado sobre o tema (WEFFORT, 1968).

Dito isso, menos aparente é a vinculação dessa categoria com a categoria de dependência. Em parte, isso se explica pelo fato de que não a encontramos na primeira formulação de Weffort, nem na sua primeira recepção, a tese de livre-docência de Cardoso. Porém, esse vínculo torna-se íntimo a partir da tese de doutorado de Weffort, onde lemos que “nas condições vividas por uma sociedade de formação agrária e

*dependente* na etapa de crise das estruturas agrárias e de desenvolvimento urbano e industrial, os setores das classes urbanas, formado por ascensão social mais do que por decadência, tendem a reconhecer como legítimas as regras do jogo vigente no quadro social e político do qual começam a participar.” (WEFFORT, 1968, p.132 – grifo nosso)<sup>5</sup>. Uma relação análoga já havia aparecido em *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, texto em que se formula a ideia de um “populismo desenvolvimentista” (Cf. CARDOSO; FALETTO, 1972, p.94). É nessa reorientação teórica do conceito de populismo que devemos localizar os argumentos de Ianni em *O colapso do populismo*, pois, como ele mesmo alerta, “no conjunto, analiso a natureza da *dependência estrutural* com a qual se debate o povo brasileiro.” (IANNI, 1975 [1968], p.2 – grifo do original). A nosso ver, essa afirmação deve ser levada a sério, pois é indicativa da perspectiva de Ianni; isto é, revela a maneira pela qual o sociólogo uspiiano concebia o problema que enfrentava (MANNHEIM, 1954, p.247).

A subordinação da problemática do populismo ao problema do desenvolvimento aparece na própria estruturação do livro, em que a parte dedicada à discussão Da forma política vigente no período entre 1945-1964 – a parte II, intitulada “Populismo e Nacionalismo” – é antecedida pela discussão a respeito dos sentidos do desenvolvimento brasileiro – a parte I, denominada “Política e Desenvolvimento”.

Nesse livro, o surgimento do período populista é entendido a partir do conflito entre dois modelos de desenvolvimento sucessores do “modelo exportador” vigente na Primeira República. De um lado, havia o “modelo de substituição de importações”, também chamado pelo autor de “modelo getuliano” de desenvolvimento. Sua característica elementar era promover uma “combinação positiva e dinâmica” dos interesses agrários com os próprios dos setores industriais a partir do privilegiamento do mercado interno. Conseqüentemente, promovia uma reconfiguração das relações externas, como revelava a política externa independente, promovia alterações na “sociedade tradicional”, uma vez que era baseado na “política de massas” e no “dirigismo estatal”, características que lhe possibilitava promover rupturas gradativas, porém indispensáveis, aos seus desdobramentos. Em suma, esse modelo “implica numa doutrina

---

<sup>5</sup> Posteriormente, Weffort se afastará da teoria da dependência a partir de 1970, ano em que redige o artigo “Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?” para o II Seminário latino-americano para el Desarrollo da FLACSO-UNESO, ocorrido em Santiago do Chile. Sobre o assunto, ver KAYSEL e MUSSI, 2017.

do Brasil como potência autônoma” e tinha seus elementos “consubstanciados na democracia populista desenvolvida depois de 1945”. (Cf. IANNI, 1975 [1968], p.54). Rivalizando com esse modelo de desenvolvimento, surgiu o “modelo internacionalista” ou de “associação ampla”, assim chamado pela sua defesa da internacionalização do setor industrial, nos moldes do setor agrícola brasileiro. Para Ianni, esse modelo seria uma espécie atualização do modelo exportador vigente na Primeira República. A implantação desse modelo exige a “liquidação da democracia populista, como estrutura política nacional, tanto quanto a destruição da ideologia e prática da doutrina de independência econômica e política. É uma combinação nova entre os setores agrário e industrial, no âmbito da reprodução ampliada do capital.” (idem, p.55). Esse será o modelo vigente na Ditadura Militar inaugurada com o golpe de março de 1964.

É no trecho em que se propõe a desvendar os sentidos políticos e econômicos do regime de 1964 que Ianni mobiliza o conceito de dependência estrutural pela primeira vez. Apesar do título do capítulo X ser “A Dependência Estrutural”, o conceito não é claramente definido, nem empregado, nele – embora seja utilizado, na “Conclusão” do livro. Salvo melhor interpretação, esse fato revela uma primeira aproximação do autor com a discussão que se tornava tão comum aos sociólogos latino-americanos do período. Outro sinal disso é que, embora o conceito de imperialismo seja usado no capítulo que conclui o livro, a sua conexão com o conceito de “dependência” não é claramente formulado. A forma pela qual Ianni decidiu se aproximar desse conceito manifesta-se na caracterização *empírica* da situação política e econômica inaugurada com a derrubada de João Goulart. Ao fazê-la, Ianni destaca as determinações econômicas do processo político que levou os militares ao poder. Desse modo, a dependência, que já havia aparecido em *Uma economia dependente* (1956) e *Formação econômica do Brasil* (1958), de Celso Furtado, e em *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica* (1957), de Caio Prado Júnior (LOVE, 1998, p.427-8), continuava indefinida, embora caracterizada.

Segundo a análise encontrada em *O colapso do populismo*, a industrialização brasileira ingressou, já durante o governo Juscelino Kubitschek, em um momento no qual seriam requeridas novas medidas políticas e econômicas para seu aprofundamento. Do ponto de vista conservador, tais medidas convergiriam para a “reformulação e eliminação das defesas que *permitiram ou favoreceram a criação e a expansão do setor industrial, na época da política de substituição de importações.*” (idem, p.154 – grifo nosso). Uma

vez que se tratava de buscar a sofisticação técnica exigida por essa nova fase da industrialização, esse ponto de vista afirmava a necessidade de *associação com as organizações e empresas multinacionais*, detentoras desse *know how*. O resultado disso seria a reconfiguração do modo pelo qual a economia brasileira se inseria no mundo. Esse ponto de vista se fortaleceu com a falta de “condições” do “povo brasileiro” em promover as rupturas exigidas para o aprofundamento do “modelo getuliano” de desenvolvimento ou para a instalação do “modelo socialista” – que, segundo Ianni, foi possível “em várias ocasiões críticas, no período entre 1914 e 1964” (idem, p.155). Ao contrário do que querem fazer crer algumas leituras (Cf. AARÃO REIS, 2001, WERNECK VIANNA, 1999), segundo as quais a “teoria do populismo” dos sociólogos paulistas representaria uma condenção *in totum* do nacionalismo de então, Ianni chega a reconhecer que, “os movimentos de massas, a democracia populista, o nacionalismo e o dirigismo estatal foram elementos concretos e, às vezes, efetivos nessa direção [do socialismo]. O modelo getuliano de desenvolvimento envolvia o aprofundamento das rupturas estruturais.” (IANNI, 1975, p.155).

Diante desse cenário, prevaleceu o modelo de desenvolvimento associado, inscrito na era dos “oligopólios multinacionais”, na qual se entrelaçam com mais vigor os planos político, econômico e *militar*. Não é difícil ver nessa argumentação de Ianni algo também presente na livre-docência de Fernando Henrique Cardoso: a tese de que a era do capitalismo monopolista – tal como formulada pelo debate marxista sobre o imperialismo, do qual participaram Rudolf Hilferding, Vladimir Lênin, Nikolai Bukharin, Rosa Luxemburgo entre outros, e depois atualizado pelo neomarxismo norte-americano de Paul Baran e Paul Sweezy – é marcada pela crise de acumulação, razão pela qual ela precisaria da repressão estatal para ser alavancada. Nessa altura, Ianni já lança mão de um debate, que desenvolverá mais adiante, sobre a crise do conceito de *nação* (cf. idem, p.173).

O governo de Humberto de Alencar Castello Branco, ao promover o que Ianni chamou de “doutrina da reversão de expectativas” – isto é, recusar os objetivos o “desenvolvimento econômico autônomo” e a política externa independente -, teria colocado em ação uma “*doutrina da interdependência*” (cf. idem, p.173 – grifo do original). As características básicas dessa doutrina seriam o fortalecimento do papel das multinacionais nas decisões sobre os rumos da política econômica do país e a busca por transformar o Brasil em uma economia *complementar* às dos países centrais. “A partir de

1 de abril de 1964, o Governo brasileiro optou de modo decidido pela doutrina da interdependência – em todas as suas implicações – no quadro da “Civilização Ocidental”. Dessa forma, o econômico e o político, o militar e o cultural encadeiam-se mais uma vez e num estilo diferente.” (idem, p.175).

### **Dependência estrutural e imperialismo**

Nos anos seguintes, Ianni desdobrará a perspectiva avançada em *O colapso do populismo* em diferentes sentidos, possivelmente saturados pela decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), do qual foi vítima, em 13 de novembro de 1968, poucos meses depois da publicação de sua análise crítica sobre o populismo. Esses desdobramentos são encontrados em *Estado e Planejamento Econômico no Brasil* (1971), um produto, ao mesmo tempo, das “primeiras pesquisas sobre o planejamento estatal no país no então recém-fundado Cebrap” e do aprofundamento da perspectiva desenvolvida desde o período do CESIT (Cf. SEGATTO e SEGATTO, 2009, p.7).

Em *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*, o conceito de populismo “praticamente desaparece, ou, quando surge na exposição, é de forma lateral” (SEGATTO e SEGATTO, 2009, p.11) em detrimento da análise do papel do Estado brasileiro na economia do país entre 1930 e 1970. Essa diminuição do papel do conceito de populismo é menos surpreendente do que parece quando recordamos que a sua utilização estava subordinada à problemática do desenvolvimento, que se mantém nesse livro de 1971. Talvez se possa afirmar que as mudanças essenciais do livro de 1968 para o de 1971 são duas: a) no último, prevalece o ângulo do Estado, enquanto no primeiro esse ponto de vista não é predominante; b) em boa medida, porque *Estado e planejamento do Brasil* enfatiza a crescente importância do Estado na economia brasileira, mesmo em momentos que se supunham mais liberais, o que não acontece em *O colapso do populismo*. Além desses fatores, o livro de 1971 aprofunda detalhes de análise que não encontramos no livro anterior.

Apesar disso, talvez o livro mais representativo da agenda teórica que Ianni perseguiria nos anos seguintes seja a coletânea *Sociologia da sociologia latino-americana*, também publicada em 1971. Nela, Ianni sinaliza claramente uma inflexão crítica em relação ao que chamava de “sociologia acadêmica” (OLIVEIRA, 2011), identificada com a sociologia da modernização então prevalecente. Nessa altura, Ianni

passou a se identificar mais claramente com o que denominava de “sociologia crítica”. É a partir dessa reorientação teórica geral que o conceito de dependência estrutural é formulado com clareza e ganha crescente importância. Simbólico disso é o texto “A sociologia da dependência”, único escrito inédito da coletânea, no qual discutirá o potencial cognitivo do conceito de dependência.

Não é à toa, portanto, que o artigo comece fazendo um balanço das discussões latino-americanas a respeito do imperialismo, campo teórico no qual Ianni situará a sua discussão a respeito da dependência. Em primeiro lugar, observa que até então a discussão a respeito da dependência na América Latina não tinha sido suficientemente profunda, limitando-se a referências a obras clássicas sobre o imperialismo (Cf. IANNI, 1971, p.163). Em alguma medida, essa falta de desenvolvimento teórico a respeito do tema teria a ver com as condições políticas e intelectuais prevalentes na região: por um lado, os partidos políticos de esquerda não dispunham de “de quadros teóricos suficientes para desenvolver o debate”; por outro, “o imperialismo sempre foi assunto proibido em universidades, editoras, revistas e jornais latino-americanos não ligados diretamente com os movimentos e partidos políticos de esquerda.” (idem, p.164). Ora, essas condições que explicariam a pobreza do debate latino-americano sobre o imperialismo explicariam também a razão pela qual a dependência teria se tornado uma categoria tão difundida. No caso dos marxistas, ela se tornou um “‘recurso semântico’ para tornar possível a discussão e o estudo da ‘problemática do imperialismo’ em universidades, editoras, revistas e jornais.” (idem, p.164); para os não-marxistas, tratava-se de uma “alternativa semântica nova [...] não proibida” para discutir os obstáculos e distorções do capitalismo no subcontinente. As razões para os conteúdos diferentes desse conceito seriam *políticas*. Enquanto a dependência latino-americana, para os marxistas, seria uma “perspectiva do proletariado urbano e rural” que demandaria a “possibilidade do socialismo” – ou seja, uma “uma ruptura estrutural (revolucionária) com o capitalismo mundial”, para os não-marxistas ela seria fundada na “perspectiva do Estado-Nação” e apostaria na “possibilidade do *capitalismo nacional*” (cf. idem, p.165 – grifo do original), o que demandaria uma “redefinição das relações de complementaridade e interdependência entre os subsistemas econômicos nacionais e o capitalismo mundial, com centro hegemônico nos Estados Unidos.” (idem, p.165). Ou seja, ao mesmo tempo em que se

tratava de um “eufemismo” bastante utilizado, a disputa em relação ao conceito de dependência revelava seus motivos *políticos*.

Cabe destacar que essas disputas políticas eram *historicamente situadas*. Ianni identificará nos efeitos do esgotamento do processo de industrialização por “substituição de importações” as razões para a emergência da problemática da dependência. Segundo o sociólogo uspiano, os desdobramentos do processo industrializante na América Latina teriam revelado que a ele não promovia a emancipação econômica imaginada, mas “ao contrário, em graus variáveis, conforme o país, a industrialização havia renovou ou aprofundou a dependência econômica nacional, em face dos capitalismo norte-americano e mundial.” (idem, p.167 – grifos nossos). A crescente participação dos Estados latino-americanos nas economias de seus países, em verdade, teriam gerado melhores condições para a reprodução do capital. Ao se debruçarem sobre essa questão, sociólogos latino-americanos marxistas e não-marxistas teriam se deparado com a dimensão internacionalizante do capital e, em especial, do “desenvolvimento desigual e combinado” do qual ele se vale no seu processo reprodutivo (cf. idem, p.169).

Na disputa teórica e política sobre o conceito de dependência, Ianni não hesita em tomar lado. De acordo com o autor, os teóricos que adotam a “perspectiva do Estado-Nação” acabariam por “*toma[r] por homogêneo o que é essencialmente diversificado, heterogêneo. Mais que isso, toma por homogêneo o que é pleno de antagonismos. A cultura nacional é, por definição, um composto de várias subculturas do capitalismo.*” (idem, p.177 – grifo nosso). Ora, aqui podemos perceber aquela disposição de *crítica da ideologia* – no caso, a nacionalista – que marca a disposição do marxismo uspiano formulado nas leituras semanais de Marx das quais Ianni fez parte (BRITO, 2019). Para Ianni, heterogeneidade da cultura nacional seria derivada, especialmente, das diferentes posições sociais ocupadas por cada classe no processo de reprodução material da sociedade, por sua vez inseridos na dinâmica globalizante do capitalismo. Por isso, Ianni argumenta que o aprofundamento a respeito da problemática da dependência latino-americana estaria em condições de aprofundar a “problemática do imperialismo”. Por quê? Porque ela ofereceria um novo ângulo a partir do qual o imperialismo seria analisado: o periférico.

Pouco a pouco, as relações, processos e estruturas envolvidos no imperialismo são focalizados a partir da *perspectiva do país dependente*, ou subordinado. Neste caso, o que está em causa é a exportação do *excedente* econômico. Em alguns casos, no entanto, as relações e estruturas são focalizadas a partir da

*perspectiva do proletariado do país dependente.* Neste caso, o que este em jogo é a produção e repartição da mais-valia. (IANNI, 1971, p.164-5, grifos do original).

Para Ianni, a relação de dependência seria produzida a partir de dois processos econômicos típicos do imperialismo, tal como desenvolvido por Vladimir Lenin (2012): a concentração e a centralização de capital. O conceito de concentração de capital diria respeito diria respeito ao processo de investimento de capital, próprio ou alheio, em uma mesma empresa ou grupo econômico com vistas à sua expansão e/ou diferenciação; já o conceito de centralização do capital se vincularia ao processo de absorção de empresas por outras empresas, que se tornariam, assim, maiores. Em jogo, está, como se percebe, o processo de *monopolização* do capitalismo.

Quando há um processo de intercâmbio econômico em países com potências econômicas desiguais, o resultado seria a criação de laços de interdependência e complementaridade entre eles, de modo que o país mais desenvolvido seria responsável pela produção e comércio de bens com valor agregado mais alto, enquanto o inverso ocorreria com o país dependente. As complexas mediações envolvidas nessa relação configuram o que Ianni chama de “processos e estruturas de dominação (imperialistas) e subordinação (de dependência).” (idem, p.179-180). Por outro lado, essas mediações envolvem disputas, reciprocidade, acomodação, antagonismo e tensões das classes sociais (e de outros grupos) envolvidas. Alinhando-se ao campo marxista da discussão da dependência, Ianni é taxativo: “Em última instância, são as relações de classes que determinam as condições e os sentidos das relações de dominação-subordinação entre nações; estas são determinadas por aquelas.” (idem, p.180)

Ao afirmar que os “conceitos imperialismo-dependência [...] são conceitos pares, gêmeos, reciprocamente necessários e determinados. Um produz o outro; e os dois se produzem e reproduzem um ao outro” (idem, *ibidem*), Ianni acaba por sugerir que o desenvolvimento da teoria da dependência é uma contribuição à teoria do imperialismo por promover um novo ponto de vista sobre o problema, o ângulo periférico. No plano da análise concreta, esse ângulo renovado permitiria tentar compreender o processo de *internalização* das relações imperialistas nas sociedades dependentes.

### **Cultura, dependência e militarismo**

Em sua análise sobre a dependência estrutural, Ianni dispensa grande atenção ao papel desempenhado pelo que ele denominava “dependência cultural”, categoria que se refere aos “produtos ideológicos e científicos (nos países dependentes) das relações, processos e estruturas *imperialistas*.” (idem, p.173 – grifo nosso). A dependência cultural resultaria, em verdade, no alinhamento da “visão de mundo dominante no país subordinado” àquela dominante no país imperialista. Não se trata de mera “dependência ideológica”, mas sim daquilo que Ianni designará como “cultura da dependência”, esfera especialmente importante para compreender “*o modo pelo qual se dá a metamorfose do imperialismo em dependência estrutural, e vice-versa.*” (idem, p.173 – grifo nosso). De passagem, note-se que esse é o ângulo que permite que Ianni faça uma recuperação da tradição do pensamento social latino-americano anterior, a qual havia se debruçado sobre esse problema. Nessa recuperação, a obra do marxista peruano José Carlos Mariátegui ganhará destaque como sendo uma das poucas que “contribuíram para uma compreensão original das condições e conseqüências da atividade imperialista em países da América Latina.” (idem, p.164)

No plano da contemporaneidade, esse ponto de vista será desenvolvido em *Imperialismo na América Latina* (1974), livro originado das aulas e discussões conduzidas por Ianni na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Autónoma de México em 1972. No livro, Ianni aprofunda sua discussão sobre a relação entre dependência estrutural e imperialismo a partir da discussão sobre a diplomacia e as relações entre Estado das nações dependentes e as empresas multinacionais. Destacando fortemente o papel desempenhado pelos interesses dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos – traço que se acentuará em sua obra-, Ianni procura articular três níveis analíticos: o alinhamento político-militar” das nações dependentes junto à “nação dominante” – revelado, por exemplo, pela adoção de suas “doutrinas geopolíticas de divisão do mundo em áreas de influência e segurança”; a “alienação cultural”, processo pelo qual os meios de comunicação de massa dos países subalternos são controlados ou manipulados pelos países dominantes por meio de tradução e produção de revistas, livros, filmes, programas de televisão e a própria “criação ou a reformulação de instituição de nível governamental” (cf. IANNI, 1988 [1974], p.145).

Ponto culminante de sua teoria da dependência estrutural, *Imperialismo na América Latina* revela claramente o intuito de Ianni em promover uma complementação crítica em

relação às teorias clássicas do imperialismo. Segundo ele, “a análise do imperialismo não se tornará completa enquanto não se conhecerem também as suas manifestações no interior da sociedade subordinada”, razão pela qual “este ensaio pode ser considerado também *uma contribuição para a interpretação do imperialismo, a partir da perspectiva dos países subordinados.*” (idem, p.146 – grifo nosso). Embora críticas, as teorias clássicas do imperialismo, a de Lenin à frente, adotavam perspectivas próprias aos países centrais, o que impossibilitaria a compreensão adequada sobre os vínculos entre as transformações dos países dependentes e as relações imperialistas, como também não permitia o entendimento dos processos políticos e culturais internos a eles. Ademais, também não possibilitaria colocar em questão a forma pela qual o país imperialista se “aliena” no país dependente.

É na esteira dessa perspectiva que Ianni destacará que as discussões mais recentes sobre a dependência ultrapassam os níveis econômico e político, aqueles aos quais se prendiam as abordagens clássicas sobre o imperialismo, para incorporar a dimensão *cultural* das relações dependentes (cf. idem, p.156).

Em casos extremos, as condições sociais e culturais de dependência provocam o comprometimento da própria personalidade de pessoas e grupos de pessoas, no país subordinado. A situação de dependência estrutural certamente cria ambiguidades e incongruências, gerando certos tipos de inautenticidades e duplicidades. Os valores culturais e os padrões de comportamento social duplicam-se e tornam-se contraditórios. E também ocorre um certo tipo de divórcio entre o pensamento e a ação. Assim, os antagonismos políticos e econômicos (isto é, os antagonismos entre as classes sociais) transfiguram-se em contradições culturais (axiológicas). O pensamento e a ação podem tornar-se cada vez mais desencontrados, incongruentes. Em consequência, aparecem casos de desorganização da personalidade. Nessa linha de entendimento, ainda está por ser realizada uma análise dos dados e sugestões reunidos em estudos de antropologia, sociologia e psicologia. (idem, p.159)

O que está em jogo nessa análise de Ianni é a procura por demonstrar que a situação de dependência não se restringe ao campo econômico, mas sim “alcança também as esferas política, militar e cultural. A dependência estrutural permeia todo o sistema social do país subordinado.” (idem, p.165).

Esse argumento será desdobrado na coletânea *Imperialismo e cultura* (1976), na qual se destaca o ensaio “A Indústria Cultural do Imperialismo”, escrito em 1974 e inédito. Os demais ensaios desenvolvem análises sobre o papel desempenhado pelos Estados Unidos na geopolítica internacional. Dos três, dois deles foram escritos em 1968 e o último, que trata da crise de hegemonia dos Estados Unidos, em 1974. Destaco essas informações para salientar que a composição do livro não desautoriza a ideia de que a

perspectiva de Ianni a respeito da dependência estrutural passou a enfatizar cada vez mais a dimensão cultural do problema, a qual estaria vinculada diretamente ao processo de reprodução da sociabilidade capitalista.

Para compreender como a cultura capitalista se insere nas relações imperialistas e de dependência, é indispensável que comecemos por reconhecer que *essa cultura é um elemento essencial à reprodução das relações capitalistas, em escala nacional e internacional. A produção dessas relações implica na reprodução de ideias, valores, princípios e doutrinas. As forças produtivas e as relações de produção, ou as relações de apropriação econômica e dominação política não se encadeiam, reproduzem e expandem se não se expressam em ideias, valores, princípios e doutrinas (ou formas de pensar), organizados segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção.* (IANNI, 1988 [1976], p.13 – grifo nosso)

Essa perspectiva materialista a respeito da cultura permite que Ianni estabeleça um vínculo íntimo com a política, instância na qual as decisões-chave para a reprodução do existente seriam tomadas<sup>6</sup>. “Eficácia, competitividade, sentido de tempo, espírito prático, *achievement, performance*, neutralidade afetiva, ascetismo, racionalidade e muitos outros são os valores da ideologia burguesa que aparecem nas relações que organizam tanto a produção material como a espiritual.” (idem, p.30). Ou seja: a cultura produzida a partir das determinações capitalistas permitiria a *generalização* dos valores convenientes à reprodução desse modo de produção. Segundo Ianni, isso não aconteceria apenas na produção cultural de massa, mas, inclusive, no debate científico – como revelariam, por exemplo, os vínculos entre antropologia social britânica e o imperialismo na transição dos séculos XIX e XX (Cf. idem, p.33).

O que é particularmente interessante na argumentação de Ianni é a tentativa de especificação da relação entre cultura e política naquilo que denomina da “política cultural imperialista”. Ou seja: embora a cultura seja um plano fundamental na reprodução da ordem capitalista, Ianni se esforça para identificar o papel que ela desempenha na reprodução do *imperialismo*. Também nesse sentido o ensaio a “A indústria cultural do imperialismo” pode ser tomado como ponto importante da reflexão de Ianni sobre o assunto, pois nele se conjugam reflexões sobre os papéis políticos da cultura com o militarismo, tema-chave da reflexão de Ianni sobre o imperialismo.

Com efeito, desde antes de *Imperialismo na América Latina*, Ianni enfatiza o papel desempenhado pelos interesses norte-americanos na reformulação política, econômica e

---

<sup>6</sup> Essa tese filia Ianni ao marxismo uspiano forjado no Seminário Marx, que se caracterizou por dar especial ênfase à política na reprodução da sociedade (BRITO, 2019)

cultural pela qual passou a América Latina desde o fim da Segunda Guerra Mundial, momento em que começa a Guerra Fria. Em especial, Ianni enfatiza o peso que as relações diplomáticas com o Estados Unidos tiveram nesse processo – daí a utilização de conceitos como “diplomacia total”, que diz respeito ao fato de que “os governantes dos Estados Unidos passaram a dedicar substanciais recursos materiais, organizatórios e intelectuais à sua política cultural internacional.” (idem, p.39). Exemplos disso seriam o *Fullbright Act* (1946), o *Smith-Mundt Act* (1948), o *Point Four Program* (1949) e o *Fullbright-Hays Act* (1961).

No ensaio de 1974, Ianni identifica como a cultura mercantilizada produzida nos Estados Unidos, ou patrocinada por ele, tem o papel de manter os laços atados com os países latino-americanos. Claro que essas política culturais eram complementadas por negócios efetivos, como estímulo à industrialização, e políticas de segurança, como o projeto *Camelot* (1963), concebido pelo Departamento de Defesa do Exército dos Estados Unidos em conjunto com a American University que visava descobrir as razões para levantes em países latino-americanos e medidas que poderiam ser tomadas por governantes da região.

É também bastante sugestivo que Ianni termine seu ensaio com uma seção denominada “Contradições do pensamento imperialista”, na qual se dedica a analisar a *forma de pensar* do “pensamento imperialista” responsável por articular o discurso econômico, político e cultural conveniente à dominação norte-americana. Em primeiro lugar, Ianni reconhece que a “dominação imperialista” norte-americana se divide em frações distintas, com estilos diferentes de dominação – como revelaria o conflito político interno. O mesmo ocorreria nos países latino-americanos, em que as elites também se dividiriam em grupos diferentes. Ademais, o próprio processo de internacionalização da produção capitalista traria novas formas de tensão e conflitos. Porém, o cerne da análise de Ianni é a sugestão de que “a própria cultura do imperialismo é incapaz de interpretar, de forma adequada, as condições reais de sua dominação.” (idem, p.66). Isso porque ensejaria uma forma de pensar tecnocrática e a fim do que Ianni chama de “fetichismo tecnológico”, no qual perseveraria uma razão instrumental que estimularia a violência sobre as “populações e culturas nos países dependentes em que surgem lutas pela emancipação econômica e política.” (idem, p.71). Exemplos disso seriam os acontecimentos do Vietnã, Indonésia, Grécia e Chile. Ao acentuar os conflitos, o

pensamento imperialista daria força aos seus algozes, as forças sociais em busca de emancipação. Por essa razão, Ianni identificará, ainda em *Imperialismo e cultura*, a crise da hegemonia norte-americana.

### **Considerações finais**

Nesse texto, buscamos mapear, de modo sintético, a interpretação desenvolvida por Octavio Ianni a respeito do que denominava de “dependência estrutural” da América Latina. Se a sua primeira reflexão sobre o tema aparecia no contexto da explicação do golpe militar de 1964 no Brasil, tal como encontramos em *O colapso do populismo*, o seu desenvolvimento extrapolou esse quadro.

Em suas obras seguintes, Ianni entendia que a análise da dependência estrutural latino-americana deveria resultar no desenvolvimento da teoria do imperialismo tal como formuladas por Vladimir Lenin e, posteriormente, por Paul Baran. Em especial, isso se deve ao fato de que a teoria da dependência estaria em condições de oferecer um novo ponto de vista para a teoria do imperialismo, em geral articuladas a partir do ponto de vista dos países imperialistas. O ponto de vista dependente – isto é, periférico – poderia colaborar para trazer à tona novos elementos e desdobramentos do imperialismo.

Sintoma disso é a importância que Ianni confere ao papel desempenhado pela cultura nas relações imperialistas – elemento, ao seu ver, alheio às teorias clássicas do imperialismo, normalmente centradas em fatores econômicos e políticos. O sociólogo uspiano passa a enfatizar cada vez mais o nexos entre cultura e política, ao seu ver especialmente revelador do modo pelo qual os Estados Unidos exerceriam sua hegemonia imperialista sobre a América Latina desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, cumpre observar que, de certo ângulo interpretativo, é questionável a ideia de Ianni segundo a qual a problemática da dependência teria emergido nas ciências sociais latino-americanas em razão do fracasso das estratégias de desenvolvimento associadas ao nacionalismo e ao internacionalismo (IANNI, 1988 [1974], p.136). Ora, embora se possa dizer que a industrialização latino-americana não cumpriu as promessas de equalização social que seus defensores pretendiam, uma das razões pelas quais a temática da dependência tornou-se popular entre os teóricos latino-americanos, é fato que, do ponto de vista produtivo, o capitalismo avançou tremendamente no subcontinente – como o próprio Ianni reconheceu (IANNI, 1971, p.167). Ou seja: do ponto de vista da

acumulação, tanto o “modelo getuliano” como o “modelo internacionalista” implantado pela ditadura militar foram muito bem-sucedidos (OLIVEIRA, 2011 [1972]). Uma certa linha de análise poderia sugerir que a interpretação de Ianni sobre a dependência estrutural tinha dificuldade de explicar como era possível a conjugação do desenvolvimento e da dependência, como indicada, empiricamente, o período do chamado “milagre econômico”.

Entretanto, há outra maneira de interpretar a explicação de Ianni, pois poderíamos imaginar que a sua tese a respeito do fracasso dos modelos de desenvolvimento a partir de 1930 diz respeito ao processo de integração social da classe trabalhadora brasileira. Nesse caso, o paralelo a ser feito seria com as classes trabalhadoras dos países da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, nos quais “o padrão de vida se elevou tanto, incluindo também amplas camadas da população, que o interesse na emancipação da sociedade não pode mais ser imediatamente articulado em expressões econômicas.” (HABERMAS, 2013, p.352). Desse ângulo, a análise de Ianni poderia ser aproximada à desenvolvida por Francisco de Oliveira (2011 [1972]) e Paul Singer (1976 [1972]), seus colegas de CEBRAP, críticos da hipótese lançada por Fernando Henrique Cardoso, em 1971, sobre a dimensão redistributiva do “milagre econômico” (CARDOSO, 1973 [1971]).

### **Bibliografia:**

ARAÚJO, Anna Paula Moreira de. Francisco Weffort e o papel da *intelligentsia* nacional: considerações sobre uma trajetória. *Dissertação (Mestrado em Sociologia)*. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2012.

ARRUDA, Maria Arminda. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (org). *História das ciências sociais no Brasil – volume 2*. São Paulo: IDESP/Sumaré/FAPESP. 1995.

BASTOS, Élide Rugai. Pensamento Social na Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sérgio (org). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002* (volume IV). São Paulo: Sumaré. 2002.

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. Marxismo como crítica da ideologia: um estudo sobre os pensamentos de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz. *Tese (Doutorado em Ciência Política)*. Universidade de São Paulo. 2019.

CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro. In: CARDOSO, F.H. *O modelo político brasileiro*. São Paulo: DIFEL. 1976 [1971].

HABERMAS, Jürgen. *Teoria e práxis*. São Paulo: Unesp, 2013 [1978].

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975 [1967].

IANNI, Octavio. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971.

IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1988 [1974].

IANNI, Octavio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes. 1976.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ. 2009 [1971].

KAYSEL, André; MUSSI, Daniela. Populismo, classe e nação: Francisco Weffort e a teoria da dependência (1967-1972). *Paper apresentado no 9o Congresso Latino-Americano de Ciência Política (ALACIP)*, 2017.

LENIN, Vladimir. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo; Expressão Popular. 2012.

LOVE, Joseph. *A construção do Terceiro Mundo – teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra. 1998.

OLIVEIRA, Douglas Felício Silva de Oliveira. A Sociologia da Sociologia de Octavio Ianni: as razões da crítica e a crítica da razão no pensamento social. *Dissertação (Mestrado em Sociologia)*. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitórrinco*. São Paulo, Boitempo Editorial. 2011 [1972].

PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In HOBSBAWN, Eric (org). *História do marxismo – volume II*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. pp.333-358.

REIS, Daniel Aarão. O colapso do colapso do Populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (org). *O populismo e sua história – debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2001.

RODRIGUES, Lidiane Soares. A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978). *Tese (Doutorado em*

*História Social*). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

SEGATTO, Catarina Ianni e SEGATTO, José Antonio. Apresentação. In: IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ. 2009.

SINGER, Paul. O “milagre brasileiro”: causas e consequências. In: SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*: interpretação crítica da economia brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1976 [1972].

TAUIL, Rafael Marchesan. *Intelectuais e Política no Brasil: da teoria do populismo à reconciliação com a tradição republicana na interpretação de Francisco Weffort*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2017.

WEFFORT, Francisco. *Classes populares e Política (Contribuição ao estudo do “populismo”)*. Tese de doutorado em Política. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1968.

WERNECK VIANNA, Luiz. Weber e as interpretações do Brasil. *Novos Estudos Cebrap*. vol.1, nº53, pp.33-47. Março de 1999.

